



Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

MEMÓRIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 17 de dezembro de 2013

Horário: 10h00 às 13h00.

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1. ABERTURA

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, fez a abertura da 27ª Reunião Ordinária, informando ao Colegiado que o Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Edison Lobão, encontrava-se em viagem oficial com a Excelentíssima Senhora Presidenta da República. Em seguida, a Memória da 26ª Reunião Ordinária, devidamente aprovada, foi distribuída a todos os membros do Conselho.

2. POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, do Ministério de Minas e Energia – MME, Altino Ventura Filho, apresentou a configuração da matriz energética e a sua projeção para o ano de 2022.

Informou que, em 2022, a oferta de energia total será de 455,3 milhões/tep. Um crescimento projetado de 4,9% ao ano. Quanto à energia elétrica, ao final do horizonte de dez anos, a oferta será de 944,5 TWh, com crescimento de 4,7% ao ano.

O Secretário concluiu a apresentação informando que os investimentos no sistema energético – período 2013/2022 – de 1.151 bilhões, representa cerca de 2,3% do PIB e 10,7% da Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF.

O Diretor da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, José Carlos Miranda, apresentou o planejamento da expansão da energia elétrica para o próximo quinquênio. Projetou um acréscimo médio de potência instalada de 6.863 MW, para os próximos cinco anos. Destacou, nesse período, o aumento da participação das fontes renováveis no parque gerador, de 120 GW (83%) para 157 GW (85%), principalmente pelo crescimento da fonte eólica.

O Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Hermes Chipp, apresentou as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional – SIN no horizonte de 2014 a 2017. Informou que, pelos estudos da operação, os riscos de déficit de energia ao longo de todo o período apresentam valores inferiores a 5%, estando, dessa forma, em conformidade com o critério de garantia postulado pelo CNPE, conforme Resolução nº 1, de 2004, (risco máximo de 5%).

Observou que o Sistema Interligado Nacional é permanentemente monitorado e que as decisões sobre o despacho de geração são tomadas a partir de modelos computacionais, sempre em sintonia com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do MME, Marco Antonio Martins Almeida, relatou as condições de abastecimento de derivados de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, para o período de 2014 a 2022. Apresentou aos membros do Conselho as projeções de produção de petróleo e consumo aparente de derivados para os próximos anos, destacando que a partir de 2015 a produção vai superar o consumo.

Em relação aos combustíveis renováveis informou que, em 2014, haverá crescimento de 9,3% e 5% na produção de etanol e biodiesel, respectivamente.

Ao final, distribuiu aos membros do CNPE, o documento “Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás – ZNMT”, aprovado pela Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013, destacando que o resultado do estudo define a importância de áreas, em território nacional, para o desenvolvimento de atividades do setor de petróleo e gás natural, sendo ainda de grande relevância nas discussões sobre temas de ordenamento territorial, socioambiental e de planejamento energético.

Finalizadas as apresentações do item 2 da pauta, o Secretário-Executivo, Márcio Zimmermann, franqueou a palavra aos participantes da reunião.

A Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Mônica Teixeira, manifestou-se acerca do cenário de planejamento da expansão do setor de energia elétrica e de petróleo e gás natural. Primeiramente, enfatizou que as questões ambientais devem ser tratadas de forma estruturante e estratégica, pois prevê que os temas ecológicos serão cada vez mais submetidos ao debate da opinião pública, adquirindo, portanto, contornos que podem impactar o desenvolvimento de novos projetos e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do País.

Destacou a necessidade de analisar os procedimentos que antecedem a viabilização dos aproveitamentos hidrelétricos. Segundo a Ministra, as questões ecológicas e socioeconômicas devem ser consideradas estrategicamente nos projetos, antes de qualquer sinalização para o mercado dos aproveitamentos elegíveis.

Ponderou que o atual formato poderá situar os aproveitamentos hidrelétricos em um cenário de incertezas, dificultando ainda mais os licenciamentos ambientais. Aumentando, inclusive, os custos socioambientais dos empreendimentos. Propôs uma mudança na lógica da expansão do setor de energia, por meio de um amplo debate que resulte em uma nova relação entre o uso dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica e as questões ecológicas e sociais.

Sobre os projetos da área de petróleo e gás natural destacou que o uso de novas tecnologias, para expansão da oferta, deve vir acompanhado também de capacitação de profissionais para definir os regulamentos aplicáveis, em todas as etapas da implementação dos projetos, inclusive a de licenciamento ambiental. Citou a experiência bem sucedida de licenciamento de poligonais na área de petróleo, invocando novas parcerias para o gás não convencional, antecipando o debate de licenciamento desses projetos.

Por último, a Ministra ressaltou a necessidade de padronizar os procedimentos para o licenciamento de usinas eólicas, citando o fato da transferência dessa competência para os Estados.

O Secretário-Executivo, Márcio Zimmermann, ressaltou as articulações permanentes que vêm sendo realizadas com os órgãos governamentais para aperfeiçoamento dos regulamentos e dos processos de viabilização de empreendimentos. Destacou que, a partir de uma articulação política e institucional de Governo foi possível viabilizar a implantação de 20 mil MW em novas usinas hidrelétricas na Amazônia. Citou, entre elas, as usinas de Santo Antônio e Jirau, atualmente detentoras de certificação da Organização das Nações Unidas – ONU, para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que possibilita a comercialização de créditos de carbono.

Mencionou que o alinhamento das ações de Governo, nessa área, é fundamental para atenuar os conflitos no processo de licenciamento, principalmente, nas questões sociais, que, normalmente, vêm sobrepondo as ambientais.

Reforçou, por fim, a proposta de antecipar e aprofundar as discussões de aproveitamentos hidrelétricos em novas fronteiras, notadamente aqueles que constam nos planejamentos setoriais e que são energeticamente importantes para a expansão do sistema.

O Diretor-Geral do ONS, Hermes Chipp, ressaltou que as dificuldades no processo de licenciamento de projetos serão crescentes e devem ser enfrentadas. Manifestou concordância com a proposta apresentada. No entanto, alertou que o mercado de energia elétrica tem crescido a uma taxa de 4% a.a, crescimento expressivo quando comparado aos mercados dos países da Europa, por exemplo. Nesse sentido, ponderou que as soluções para a viabilização dos empreendimentos hidrelétricos devem ser em tempo compatível com o crescimento da demanda, caso contrário, há necessidade de se repensar o perfil da matriz brasileira.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Norte, Rogério Marinho, justificou a ausência do presidente do Fórum de Secretários de Energia e Representante dos Estados e do Distrito Federal. Em seguida, relatou as dificuldades enfrentadas pelos técnicos da área de licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura, notadamente pela responsabilidade criminal de atestar a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

O Secretário Rogério Marinho informou que os Estados estão com dificuldades financeiras diante da política de redução do preço da energia elétrica, implantada pelo Governo. Solicitou que medidas dessa relevância sejam discutidas, antecipadamente, com os Estados.

Por fim, o representante dos Estados e do Distrito Federal fez comentários sobre a inserção da fonte solar na matriz e a realização de leilões regionais de energia.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, informou que a Advocacia-Geral da União criou uma força tarefa para atuar nessas questões, tanto no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, quanto nos órgãos do Judiciário.

A Secretária-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Eva Maria Cella Dal Chiavon, registrou os avanços da política energética e comentou as dificuldades para viabilização dos projetos de infraestrutura no País. Defendeu, também, a antecipação dos debates para determinados projetos, com envolvimento de todas as instâncias de Governo, cada órgão com suas responsabilidades e competências.

Ressaltou, ainda, a forte expansão da fonte eólica no Brasil, principalmente no nordeste brasileiro. Ponderou, no entanto, o fato de parte das usinas não estarem em operação por falta de conexão ao SIN.

O Secretário-Executivo, Márcio Zimmermann, esclareceu que esse caso está relacionado com o descumprimento de contrato, pois a empresa vencedora do leilão das conexões não cumpriu os prazos previstos no edital. Destacou, ainda, que na edição do “Panorama Energético Mundial – World Energy Outlook 2013” da Agência Internacional de Energia – AIE, cita o sucesso do modelo de inserção eólica na matriz do Brasil, elogiando o processo competitivo dos leilões.

3. RESULTADO DAS LICITAÇÕES

A Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Magda Chambriard, relatou os resultados das rodadas de licitações de petróleo e gás natural e dos leilões de biodiesel.

Acerca da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural, ressaltou que foram ofertados 289 blocos, sendo 120 contratados, com uma arrecadação de R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura, com 30 empresas vencedoras no certame, destas, 12 de capital nacional e 18 de capital estrangeiro, sediadas em 11 países.

Sobre a Primeira Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural sob o Regime de Partilha de Produção, do prospecto denominado Libra, a Diretoria-Geral informou que o bônus de assinatura foi de R\$ 15 bilhões, pagos ao Tesouro Nacional, em 28 de novembro de 2013, e que os contratos foram assinados em 2 de dezembro de 2013.

Informou ainda, que a Décima-Segunda Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, teve 72 blocos arrematados, cobrindo uma área de 46,8 mil Km², com uma arrecadação de R\$ 165,2 milhões de bônus de assinatura, com 12 empresas vencedoras do certame, sendo 8 nacionais e 4 estrangeiras.

Os Leilões de Biodiesel, segundo a Diretora-Geral, apresentaram em 2013 um valor total de R\$ 6,37 bilhões, para um volume de 3.064,0 mil m³, com um preço médio ponderado de R\$ 2.078/m³.

Concluiu a apresentação informando que, para 2014, há a expectativa da realização de uma rodada de blocos contendo áreas inativas com acumulações marginais e blocos exploratórios em bacias maduras, com o objetivo de aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de E&P no País.

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, apresentou os resultados dos leilões de energia e de transmissão, informando que no ano de 2013 foram realizados 4 leilões para a contratação de energia elétrica com a outorga de 177 empreendimentos, perfazendo um total de energia contratada de 2.623 MW médios. Na transmissão, também foram realizados 4 leilões, com 8.134 km de linhas, e um investimento na ordem de 8,7 bilhões.

O Secretário-Executivo informou que estão planejados para 2014 a realização de 5 leilões de energia elétrica e de 5 leilões de transmissão.

4. PROGRAMA DE EXPANSÃO DA MALHA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO – PEMAT

O Secretário Marco Antonio Martins Almeida, apresentou os estudos que estão sendo desenvolvidos para a edição do Programa de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário – PEMAT.

Informou que o PEMAT, dentro de um mês, estará em consulta pública e sua publicação está prevista para o primeiro trimestre de 2014. Relatou que há expectativa de que as rodadas de licitação de blocos realizadas em 2013 possam ampliar a oferta de gás e, conseqüentemente, a malha de transporte.

5. SISTEMA NACIONAL DE ESTOQUES DE COMBUSTÍVEIS E PLANO ANUAL DE ESTOQUES ESTRATÉGICOS DE COMBUSTÍVEIS

O Secretário Marco Antonio Martins Almeida, fez um relato sobre os estudos desenvolvidos por representantes do MME, da ANP, da EPE, e da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sobre a implementação do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis. O relatório final do grupo de trabalho foi distribuído a todos os membros do Conselho.

Pela conclusão do grupo não é necessária a formação de reserva estratégica de petróleo e etanol carburante no Brasil, sendo necessária, entretanto, a formação de estoques de operação para óleo diesel "A" e gasolina "A", por meio de regulamentação da ANP,

conforme Resolução ANP nº 45/2013. Informou, também, que as indicações da Análise Qualitativa de Riscos apontam baixa relevância para risco de descontinuidade e/ou restrição no suprimento de petróleo, produzido ou importado.

Ao final, fez as seguintes proposições ao Colegiado: (a) formalizar um grupo de trabalho para realizar, anualmente, estudos acerca da necessidade de formação de reservas estratégicas e de estoques de operação, a serem apresentados ao CNPE; (b) revisar os atos normativos no sentido de atualizar procedimentos, conceitos e terminologias, conforme legislação pertinente; (c) avaliar, em 2014, a necessidade de regulação de estoques de operação para os demais combustíveis; e (c) elaborar relatórios periódicos dos eventos que resultarem em restrição e/ou interrupção na produção nacional de petróleo e abastecimento de combustíveis.

Considerando as informações prestadas e a necessidade de cumprimento de dispositivo legal, por unanimidade, o Conselho aprovou os termos da proposta do Secretário.

6. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

O Secretário-Executivo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luiz Antonio Rodrigues Elias, fez um relato sobre os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento relacionados com o setor de energia. Destacou o "Plano Inova Empresa", que tem o propósito de elevar a produtividade e a competitividade de áreas estratégicas da economia brasileira. Citou, entre outros programas, o "Inova-Petro", com temáticas relacionadas a petróleo e gás natural, e o "Inova Energia", com temáticas associadas às redes inteligentes, geração de energia através de fontes alternativas e veículos híbridos e eficiência energética veicular.

Relatou, ao final, que a política de ciência, tecnologia e inovação no Brasil dá ênfase ao desenvolvimento regional e à diminuição das desigualdades.

7. GRUPOS DE TRABALHO E COMITÊS TÉCNICOS

O Secretário-Executivo Márcio Zimmermann, apresentou o relatório das atividades desenvolvidas pelos Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho, no ano de 2013, entregue ao Colegiado. Ressaltou o trabalho da Comissão Permanente para Análise de Metodologia e Programas Computacionais – CPAMP que desenvolveu, juntamente com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, os estudos que resultaram na aprovação da Resolução CNPE nº 3/2013.

8. RESOLUÇÕES DO CNPE

O Secretário-Executivo Márcio Zimmermann, apresentou as resoluções aprovadas pelo Conselho durante o ano de 2013:

- ✓ **Resolução nº 1**, de 7 de fevereiro de 2013, que estabelece política e medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás no País;
- ✓ **Resolução nº 2**, de 19 de fevereiro de 2013, que autoriza a ANP incluir 117 blocos exploratórios, com área de 34,5 mil km² à Décima Primeira Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás no País;
- ✓ **Resolução nº 3**, de 6 de março de 2013, que estabelece diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço;
- ✓ **Resolução nº 4**, de 22 de maio de 2013, que autoriza a realização da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do pré-sal (prospecto de Libra na Bacia Sedimentar de Santos/SP);

- ✓ **Resolução nº 5**, de 25 de junho de 2013, que aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha para a Primeira Rodada;
- ✓ **Resolução nº 6**, de 25 de junho de 2013, que autoriza a realização da Décima Segunda Rodada de Licitações; e
- ✓ **Resolução nº 7**, de 09 de outubro de 2013, que estabelece diretriz para os contratos da Primeira Rodada de Licitações sob o regime de partilha.

O Secretário-Executivo fez uma apresentação sobre a Resolução CNPE nº 3/2013, informando que a ANEEL, em cumprimento ao disposto no § 3º, art. 1º da Resolução, por meio do Despacho nº 2.978/2013, aprovou o uso das novas versões dos programas NEWAVE e DECOMP, com internalização do CVaR, pelo ONS e pela CCEE, a partir do Programa Mensal da Operação Eletroenergética – PMO do mês de setembro de 2013, e que, em outubro, finalizando o processo de internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais, a CPAMP emitiu o relatório com os testes de validação da metodologia CVaR no DECOMP. Ressaltou, ainda, que a ANEEL, por meio do Despacho nº 4025/2013, aprovou a utilização do DECOMP CVaR a partir do PMO de dezembro de 2013.

Por fim, destacou os benefícios da Resolução CNPE nº 3/2013, informando que com a internalização da metodologia de aversão a risco CVaR nos programas NEWAVE e DECOMP, haverá um aumento da segurança energética e uma sinalização econômica mais realista com relação à formação do preço de liquidação no mercado de curto prazo, além de maior coerência entre as atividades de planejamento e operação, e o despacho de usinas termelétricas acionadas fora da ordem de mérito será reduzido a eventos muito raros e, conseqüentemente, o custo adicional com esse despacho será muito baixo.

9. AGENDA BÁSICA PARA OS TRABALHOS NO ANO DE 2014

O Secretário-Executivo Márcio Zimmermann, em atendimento ao art. 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução CNPE nº 7, de 2009, propôs aos membros do Conselho a agenda básica dos trabalhos para o ano de 2014. O Colegiado aprovou a agenda, com indicação de reuniões para os dias 10 de junho e 9 de dezembro de 2014.

O Secretário-Executivo agradeceu a participação de todos os Conselheiros e encerrou a reunião destacando a importância do CNPE para a proposição de políticas nacionais e medidas específicas para o setor energético brasileiro.